

A SOLIDARIEDADE ATLÂNTICA COMO FACTOR DE PAZ*

1. Assiste-se na Europa ao desenvolvimento de correntes pacifistas e neutralistas de certa importância, acompanhadas duma outra que, sustentando que as chamadas doutrinas militaristas se têm revelado incapazes de responder aos desafios lançados à comunidade mundial, será pelo menos encapotadamente antimilitarista. A «Intelligentsia» que mais se manifesta, e a Comunicação Social que mais milita, parecem encontrar-se neste campo, o que deveria ser suficiente para dissuadir um marinheiro menos atrevido de tentar remar contra a corrente. Entendi mesmo assim ousar fazê-lo, na convicção de que, infelizmente, vai continuar a ser necessário preparar a guerra para ir mantendo a paz. Além do mais, o Poder Militar não se esgota de forma alguma em soluções para as crises, antes constitui factor essencial do chamado Poder Nacional ou Potencial Estratégico dos Países e Alianças, ou seja, da sua capacidade de influenciar e de negociar. Em tudo o que vou dizer jamais me esqueci que o ideal da paz faz parte da essência do pensamento democrático.

2. A NATO goza da reputação, que muitos afirmam ser merecida, de ter contribuído efectivamente para manter a paz que tem sido possível usufruir desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, a filosofia da NATO é inegavelmente defensiva, não se lhe conhecem acções militares agressivas, e as suas principais crises internas têm resultado afinal de reacções saudáveis e tentações de liderança julgadas intoleráveis, o que atesta a sua democraticidade. A acrescentar a isto, há ainda a salientar que a Aliança Atlântica cobre muitos outros campos, para além do exclusivamente militar, visando o progresso e o entendimento das populações, como meio de conseguir segurança, estabilidade e paz, e não apenas nos seus limites geográficos. Isto é, se as árvores se conhecem pelos frutos, então a NATO deve ser considerada como factor de uma paz que não se limita a simples ausência

* Comunicação à Conferência Internacional de Lisboa, organizada pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais de 25 a 27 de Outubro de 1982, na sessão dedicada à apresentação de orientações e propostas concretas no domínio da luta pela paz.

de guerra. Dito isto, sinto-me então mais à vontade para utilizar a Aliança Atlântica para a abordagem do tema desta sessão.

3. Se a NATO pode ser considerada como um factor de paz, então ser-me-á porventura lícito, por ter interesse para as questões em debate, centrar as minhas atenções no que poderá afectar negativamente a sua eficácia e a sua sobrevivência.

Começaria por dizer que as teses de MacKinder inspiraram certamente os criadores da Aliança Atlântica. Calcula-se que a experiência e a análise das guerras de 1914/18 e de 1939/45 — em que o controle da Atlântico Norte e o socorro vindo da América do Norte através dele foram os factores decisivos — tenham levado o notável geógrafo inglês a preconizar que apenas a transformação do Atlântico Norte num elo de ligação íntima entre o Continente Norte-Americano e a Europa conseguiriam juntar o potencial geoestratégico suficiente para conter a inevitável crescente tensão expansionista do Leste. A solidariedade atlântica pode por conseguinte ser considerada a questão fulcral da NATO, de que resulta para ela uma ambivalência potencialidade/vulnerabilidade. Assim é que a coesão interaliada, reflectindo-se em força, coerência, firmeza e determinação colectivas, pode tornar-se num elemento dissuasor do recurso à violência no âmbito do Conflito Leste-Oeste, capaz de circunscrever as disputas entre os dois Blocos a formas indirectas mais civilizadas e até mais frutuosas, porque são, por elas mesmas, susceptíveis de ir promovendo aproximações mútuas atenuadoras da perigosa tensão existente. Ao contrário, uma ruptura na coesão interaliada pode provocar um desequilíbrio eventualmente conducente a uma situação perigosa para a paz.

5. A crise actual na solidariedade atlântica parece realmente preocupante pela sua intensidade, a qual decorre de divergências ultimamente exacerbadas entre europeus e norte-americanos, num pano de fundo que o dr. Kissinger classifica de «acumulação de inconsequências nas políticas e nas posições da Aliança, a qual não tem doutrina nem plataformas comuns que lhe permitam resistir às 'flatteries' soviéticas e às pressões dos eleitorados».

As principais divergências interaliadas têm resultado fundamentalmente de percepções e de pontos de vista não inteiramente coincidentes quanto às questões Leste-Oeste e Norte-Sul, as quais podem ter origens diversas.

O Factor Geográfico tem papel certamente determinante nas percepções, pois não será propriamente a mesma coisa estar perto ou estar longe da fonte principal da ameaça (como exemplo, a Finlândia estará «finlandizada», a seguir, a Suécia já pode ser neutral e, mais longe, a Noruega já se permite ser NATO). O Factor Geográfico explicaria assim por que os alemães ocidentais podem parecer suspeitos de menor firmeza face à ameaça militar do Leste aos norte-americanos, e por que estes podem ser tidos por belicistas por muitos daqueles. Por outro

lado, a proximidade relativamente ao Leste tende a tornar os europeus naturalmente mais permeáveis às suas doutrinas sociais, do que resulta que as estratégias económicas e sociais tenham maior peso nas suas políticas de segurança do que nas americanas, em detrimento das despesas militares, e que seja mais difícil falar-se do inimigo interno na Europa. Acresce que o Factor Geográfico é certamente ainda determinante na maior aceitação da «détente» pelos europeus, que tendem a ver nela um meio susceptível de atenuar a clássica e perigosa sensação de encurralamento sentida pelos russos, mas que explicará, apesar de tudo, que os norte-americanos não possam deixar de relacionar essa aceitação com o caso do gasoduto siberiano e com manifestações pacifistas, as quais, curiosamente, parecem tender a diminuir de intensidade com o aumento da distância ao Leste.

Os europeus, principalmente os alemães ocidentais, entendem residir a ameaça principal à Europa na Frente Leste e, em conformidade, pretendem continuar a ver aí concentrados os principais esforços e as maiores atenções da NATO, numa atitude que eu ousaria classificar de tipo «Maginot», e exigem por essa razão, mas também para garantir o empenhamento directo dos EUA na defesa militar da Europa em caso de ataque do Leste, a manutenção da presença militar norte-americana no seu território. Por seu turno, os estrategistas norte-americanos têm hoje uma concepção planetária da ameaça do Leste, em que tendem a ver a Europa mais vulnerável na Frente dos Recursos (petróleo do Golfo Pérsico e minerais estratégicos da África Austral, cuja alternativa é precisamente a Sibéria, como o atesta já o célebre gasoduto), na Frente Interna (pacifismo, neutralismo, antimilitarismo, anti-americanismo e neo-isolacionismo americano), e na Frente da Solidariedade Atlântica, decorrente de menor credibilidade na possibilidade de reforço norte-americano à Europa em consequência de eventual progressão da influência do Leste até à costa atlântica do Noroeste Africano e da fixação de atenções e preocupações dos EUA na crescente instabilidade que se verifica nas Caraíbas e na América Central. Esta percepção planetária da ameaça leva os EUA, que receiam ver a Europa cair sem um tiro, a procurar acorrer a várias regiões, com conseqüente desdramatização da Frente Leste europeia, o que tem dado aos alemães ocidentais uma sensação de abandono conducente às supracitadas manifestações. Estas têm levado, por seu turno, a que nos EUA vão surgindo sintomas de desilusão com a vontade de resistir dos europeus, os quais têm sido manifestos em certas atitudes neo-isolacionistas.

Outras divergências têm surgido quanto ao tipo de intervenção do Ocidente no Terceiro Mundo, que os EUA entendem dever integrar uma significativa componente militar para opor à diplomacia predominantemente militar do Leste, e que os europeus pretendem, principalmente desde que foram chamados à realidade da sua impotência militar na crise do Suez de 1956, dever privilegiar os vectores económico e diplomático.

As mudanças por vezes muito bruscas que se têm produzindo nas

políticas externa e de segurança dos EUA, pelo menos de 4 em 4 anos, quando muda a Administração, têm criado grandes dificuldades de acomodação aos seus aliados europeus, cujos governos não podem alterar do pé para a mão compromissos dificilmente conseguidos com eleitorados e com outros governos, nem gostam de dar imagem desfavorável de seguidismo.

Também é preciso dizer-se que algumas iniciativas do Leste são responsáveis por crises na solidariedade atlântica, pelo seu imprevisto e excelência, como aconteceu por exemplo com a questão dos mísseis de teatro SS-20 apontados à Europa Ocidental, pondo em causa a credibilidade do «chapéu de chuva» nuclear norte-americano e obrigando os EUA a propor como resposta a instalação de mísseis correspondentes em solo europeu. Isto provocou inevitável oposição de europeus e um aumento de sensibilidades anti-americanas. Após os êxitos das armas usadas pelos israelitas no Líbano, em precisão e eficácia, contra armamento soviético moderno, os norte-americanos pretendem agora fazer aceitar um novo conceito de defesa da Europa destinado a situar a dissuasão aquém do patamar da guerra convencional generalizada, com recurso a novas armas convencionais de grande precisão que seriam, em teoria, capazes de sustentar qualquer ofensiva do poderio militar convencional do Leste na Europa. Muito embora, em princípio, este novo conceito pareça poder satisfazer os que pretendem evitar a nuclearização do teatro de operações europeu, ele não deixará de suscitar dúvidas quanto aos propósitos dos norte-americanos.

6. Há, evidentemente, outras origens para a crise na solidariedade atlântica que o tempo disponível não me permite abordar. Mas o que disse afigura-se-me suficiente para se vislumbrar a existência de riscos para o equilíbrio Leste-Oeste que tem propiciado a paz de que disfrutamos desde 1945.

7. Como propostas concretas de acção no domínio da luta pela paz que são requeridas das intervenções nesta sessão, referiria a seguir as que me parecem mais importantes, no pressuposto de que a solidariedade atlântica é, realmente, um factor de paz.

Em primeiro lugar, tornar-se-ia indispensável um mais generalizado reconhecimento da existência de ameaça ao Ocidente proveniente do Leste, sem o que não seria viável mobilizar as vontades que conferem autenticidade e credibilidade à defesa. Urgiria principalmente procurar esclarecer as camadas mais jovens, particularmente na Europa, as quais, não tendo vivido os horrores da guerra, e estando profundamente chocadas com perspectivas de holocausto nuclear que se lhes afigura injustificável, são naturalmente permeáveis a correntes pacifistas, antimilitaristas e anti-americanas. Na minha opinião, os políticos e os agentes da comunicação social ocidentais, particularmente os europeus, ainda poderão fazer muito para levar a juventude a debruçar-se melhor sobre as razões por que os jovens húngaros, checos, afegãos

e polacos concluíram afinal ser «Better Dead Than Red», e por que um número crescente e cada vez mais ousado e activo de intelectuais dissidentes do Leste parecem sensíveis à sentença de Albert Camus é a oportunidade de ser melhor, a servidão de ser pior». Também me parece que poderão ser feitos mais esforços para ser entendido que o facto de a defesa da Europa não poder passar sem o contributo e a liderança dos EUA, tanto no Velho Continente como fora dele, pese embora a amargura que isso ocasiona, não dá o direito aos europeus de pretender colocar no mesmo plano os EUA e a URSS como ameaça à sua independência, quando acontece que os conceitos de democracia e de liberdade são diametralmente opostos nas duas superpotências, levando por exemplo a que a NATO se possa decidir por consenso e no Pacto de Varsóvia se tenha de obedecer cegamente a Moscovo. Isto, muito embora se deva reconhecer que algumas iniciativas unilaterais dos norte-americanos tenham de se repercutir inevitavelmente na sua imagem.

As divergências verificadas nestes e noutros domínios fornecem oportunidades de exploração ao Leste em regiões de grande interesse para o Ocidente. Por isso sentir-me-ia inclinado a propor que se considerasse a hipótese de se chegar a consenso quanto à formulação e à hierarquização de interesses comuns, designadamente em interesses vitais (permanentes e inegociáveis, impondo para a sua defesa acção colectiva pronta, planeada e executada sem hesitações mesmo com sacrifícios extremos), a interesses importantes (duradouros e merecedores de empenhamento colectivo e de sacrifícios em conformidade) e a interesses secundários (passíveis de negociação concertada). Isto possibilitaria, por seu turno, a formulação e o planeamento de estratégias minimamente concertadas, necessariamente muito flexíveis, mas que pudessem ser susceptíveis de retirar a costurada iniciativa ao Leste, de acabar com a imagem de divisão e de fraqueza do Ocidente, e de evitar as respostas unilaterais e improvisadas dos EUA sob pressão, que têm tido o inconveniente de prejudicar a solidariedade atlântica por não poderem ter na devida consideração sensibilidades, percepções e interesses dos seus aliados. Uma linha de acção deste tipo poderia eventualmente conduzir a que as próprias políticas externa e de segurança dos EUA pudessem deixar de ser tão influenciadas por condicionamentos internos como têm sido, e resistir melhor às alternâncias democráticas normais do seu poder político. Para se chegar a um resultado deste tipo, pareceria indispensável ainda melhorar os departamentos de informações estratégicas de cada país membro e criar mecanismos que facilitassem e fomentassem a troca de percepções entre eles em tempo oportuno, a fim de se poderem ir atenuando progressivamente as divergências atrás referidas.

8. Permitir-me-ia agora abordar a questão da solidariedade atlântica na minha condição de português.

O Território e o espaço marítimo e aéreo de Portugal, compreen-

dendo as suas componentes peninsular e insular, constituem uma área de confluência de rotas marítimas e aéreas transcontinentais de importância vital para a NATO, particularmente as de eventual socorro norte-americano à Europa em caso de ataque do Leste. O conjunto territorial português, pela sua especial situação geográfica, constitui um pilar fundamental para a «ponte» de solidariedade atlântica. Porque o actual poder económico de Portugal não lhe permite de momento criar por si condições para assumir o dever e o direito de prover à segurança de tão importante região para a NATO com meios militares próprios, os seus aliados têm sido tentados a suprir a vulnerabilidade existente recorrendo à repartição do território e do espaço intercontinental nacional por áreas de responsabilidade operacional próprias, com risco de afectação da coesão interterritorial do País. Conviria que os aliados se capacitassem que a coesão interterritorial constitui um interesse vital para Portugal, pois dela decorre em grande parte a sua vocação marcadamente atlântica que lhe confere as suficientes individualidade, influência e liberdade de manobra que têm sido historicamente garantes da sua própria independência. Afectar a coesão interterritorial portuguesa corresponderia assim a afectar a própria solidariedade atlântica, uma vez que a desconfiança, os ressentimentos e as tensões que tal provocaria seriam susceptíveis de transformar toda esta sensível região em mais um alvo de oportunidade para o Leste, com todos os riscos que tal comportaria para a segurança das comunicações marítimas e aéreas vitais para a Aliança Atlântica. Daí que me atreva a propor que o respeito pela coesão interterritorial portuguesa deva ser considerado do maior interesse para a solidariedade atlântica e, conseqüentemente, para a paz mundial. Deste interesse decorre directamente que a maneira correcta de promover a desejada segurança nesta região consistirá em acarinhar o desenvolvimento económico e militar de Portugal. Seja como for, se Portugal não tem o direito de negar o seu contributo geoestratégico à Aliança Atlântica, esta tem o dever de ter o cuidado de não o prejudicar em troca.

9. Para consumo doméstico, referiria agora que as opções portuguesas, simultaneamente pelo Atlântico e pelo Mercado Comum Europeu, encontram compatibilidade num ambiente são de solidariedade atlântica. O caso é que, na minha opinião, Portugal não pode, por razões da mais elementar prudência relacionadas com o poder negocial do País e até porventura com a sua própria sobrevivência, pôr em risco a sua coesão interterritorial, a qual, por motivos de ordem geoestratégica, apenas a sua tradicional política atlântica promete não pôr em causa. Inclusivamente tem sido perfeitamente claro que nenhum país membro da CEE se dispôs já a arriscar qualquer parcela essencial da sua individualidade ou da sua liberdade de manobra.

Aos portugueses interessaria, pois, pugnar pela solidariedade atlântica, não apenas por razões de interesse do Ocidente e da própria paz mundial, mas também por razões ponderosas do Interesse Nacional.

10. Em conclusão, diria que, sem a força, a coerência e a determinação que transpirem de uma real e efectiva solidariedade atlântica, não me parece possível obstar a que a «détente», que pode ser um caminho para a paz, seja aproveitada pelo Leste apenas para continuar a explorar alvos de oportunidade dentro e fora da área geográfica da NATO, com o objectivo de minar os alicerces do Ocidente. Reafirmaria que a coesão do conjunto territorial português constitui uma componente essencial dessa mesma solidariedade atlântica.

Na minha opinião, seria obrigação de políticos e de jornalistas norte-americanos, europeus e portugueses procurarem entender e fazer entender tudo isto. A opinião pública não é estática, principalmente em democracia autêntica, e a solidariedade atlântica e a paz mundial que dela decorre merecem a sua coragem para romper modas e correntes de opinião que, em muitos casos, têm sido inspiradas insidiosamente pelo Bloco oposto. Antes que seja tarde de mais.